

PATRIMÔNIO E CIDADANIA

Anne-Marie Pessis

O tema que me foi sugerido para apresentar neste Seminário era a Preservação Patrimonial e o Desenvolvimento Auto-Sustentável, mas penso que seria mais apropriado falar de Patrimônio e Cidadania.

Niède Guidon falou que somos uma equipe de pesquisadores universitários, o que é verdade, mas, fundamentalmente, e isso é mais importante, formamos um grupo multidisciplinar com experiências distintas, em países diferentes e que nos sentimos sensibilizados para trabalhar em qualidade de voluntários. Manter esse sentimento de colaboração é imprescindível, assim como estar convencidos de que estamos fazendo algo importante e necessário, assim como tratar de convencer aos outros de que é necessário fazer o mesmo em outras regiões do Nordeste.

Precisamos ter o convencimento de que qualquer ação em favor da preservação patrimonial, de um país ou de uma região, é um fator de desenvolvimento. Existe um patrimônio que, como cidadãos, temos a responsabilidade de preservar. Pergunto-me porque existe tanta indiferença e, também, resistência em preservar o patrimônio.

O problema é antigo e praticamente inicia-se com a colonização. Existem cartas de Duarte Coelho, dirigidas ao rei de Portugal, nas quais ele solicita a intervenção real para que sejam tomadas medidas que evitem a depredação no Brasil. O donatário de Pernambuco se posiciona contra a derrubada indiscriminada das matas de pau-brasil. Preocupado pela exploração indiscriminada dos recursos naturais, em 1535 escreve ao Rei, solicitando a supressão do corte de madeira numa faixa de quarenta léguas do litoral.¹ A carta não parece ter merecido resposta, nem há menção de que foram adotadas as medidas solicitadas.²

Quer dizer que existia já uma consciência de que o processo de colonização européia estava sendo nefasto para o território do Brasil. Lendo essas cartas, nunca respondidas, vamos ver que sempre existiram pessoas, em todas as épocas, com plena consciência das agressões contra a natureza. Nesse contexto histórico, a noção de patrimônio cultural não está vinculada aos valores do seu tempo. O único patrimônio valorizado é o patrimônio econômico. Para o colonizador, a cultura está apenas associada à produção cultural que existe na Europa. No Brasil colonial fora das matérias primas naturais, que são geradoras de riqueza, não existe outra modalidade de patrimônio. O conceito de cultura local não existe. Para a maior parte dessa população vinda ao Brasil, o objetivo era ficar apenas o tempo necessário para atingir a riqueza procurada, e poder, assim, retornar à Europa. Apenas aqueles beneficiados pelo Rei, na repartição das terras e do poder político, ou aqueles que desejam dar início a uma nova vida, se instalarão visando uma permanência definitiva. Duas modalidades de atingir um mesmo objetivo: os que virão para extrair riquezas e os que virão para usufruir delas, ao invés de construir um

¹ Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Arquivo Ultramarino. Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo Histórico.

² Gonsalves de Mello, José Antônio. As cartas de Duarte Coelho e os seus temas principais, *in* Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997.

novo país. Essas duas classes de colonizadores terão comportamentos diferentes em face ao novo mundo. Para os extrativistas o custo da depredação é apenas o custo da formação do seu patrimônio econômico, pelo contrário, para os construtivistas existe a preocupação de conservar as riquezas naturais do entorno.

Cabe nos perguntar por que hoje não se tem uma consciência mais generalizada do que está acontecendo com o patrimônio. Existem fundamentos históricos. As pessoas que vieram colonizar o Brasil, o fizeram, em grande maioria, pensando em “fazer a América”, vieram para seu benefício pessoal com a intenção de voltar à Europa. Isso não aconteceu nos Estados Unidos, na América do Norte. Não aconteceu porque as razões que os levaram foram, em muitos casos, perseguições religiosas. Muitos grupos foram para os Estados Unidos sabendo que não poderiam voltar para a Europa, por conflitos de índole religiosa. O massacre dos indígenas se generalizou, evidentemente, em todo o continente, mas não se depredou tanto a natureza porque ela era seu próprio patrimônio. Aqui, no Brasil, a depredação do patrimônio natural foi muito grande desde a primeira menção, que é de 1535. Isso vai criando uma mentalidade e uma idéia de patrimônio diferente. O patrimônio é o patrimônio econômico, e o que poderia ser considerado como patrimônio cultural era o que vinha importado da Europa. Assim, a noção patrimonial que vai surgir no Brasil, vem determinada pela história da colonização. Hoje, nas áreas urbanas, esse conceito é diferente, mas no interior no sertão, encontramos ainda, muitas vezes, essa idéia: o natural não é patrimônio e o cultural não se conhece, porque existe, realmente, um problema de educação patrimonial.

Citarei um exemplo muito significativo: as pinturas rupestres pré-históricas foram descobertas recentemente em termos cronológicos. Como descobertas, se estavam lá desde sempre? Mas foram descobertas, sim, no século XIX aparecem as primeiras menções. Aqui no Brasil, a primeira menção sobre a existência de pinturas rupestres aparece numa referência escrita de um autor do século XVI, na Paraíba. Não podemos, também, deixar de falar de José de Azevedo Dantas e seus registros, nas primeiras décadas do século XX, sobre as pinturas rupestres do Rio Grande do Norte, na região do Seridó. Ou seja, no Nordeste, sempre houve algumas pessoas mais lúcidas que registraram a existência desses registros, mas, na realidade, na Europa, por exemplo, houve a maior reação até se chegar a reconhecer que essas pinturas rupestres seriam pinturas feitas por populações que viveram em épocas pré-históricas. Por quê? Porque, ideologicamente, existia a impossibilidade de aceitar a existência de uma real diferença cultural entre as populações pré-históricas e as populações históricas.

O conceito do que seja o patrimônio de uma nação está formado por diversos componentes que vão configurar a idéia patrimonial e que não podem existir sem, em primeiro lugar, a educação da população. No Brasil, não se ensina às crianças a noção de patrimônio cultural como uma responsabilidade cidadã e que se aprende quando são ainda pequenas. Então, não se pode exigir o que não se tem ensinado. Hoje a cidadania tem que formar as novas gerações para preservar o patrimônio, porque esse patrimônio é história. Nessa história está a identidade de todos os cidadãos do país. Este é um primeiro ponto sobre o que eu queria falar e, em segundo lugar, gostaria de fazer um pouco de história sobre nossa experiência, e como ela se refletiu na preservação patrimonial. Faz vinte e cinco anos que eu cheguei ao Brasil pela primeira vez. No começo, eu vinha, somente, duas vezes ao ano durante as minhas férias. Eu fazia

pesquisa e voltava para a França. Mas, depois Niède Guidon sugeriu que nós todos, membros da equipe francesa, viéssemos para ajudar a formar uma equipe brasileira, que daria continuidade ao nosso trabalho, a partir de um convênio com a Universidade Federal do Piauí. Durante dois anos e meio, moramos em Teresina e trabalhamos no Parque Nacional, formando uma equipe. A professora Conceição Lage, da UFPI, por exemplo, foi um dos primeiros membros dessa equipe brasileira que depois se formou em Paris e hoje assume toda a parte da preservação e do ensino dos mecanismos da preservação do Parque Nacional Serra da Capivara. Então, a questão era estabelecer os mecanismos para uma continuidade efetiva. Nesse sentido, acho que foi um sucesso. Mas, eu gostaria de dizer o que ainda podemos fazer, e o que vocês podem fazer com a experiência que nós tivemos. Quando assumimos a preservação do Parque, o primeiro trabalho foi fazer um diagnóstico da situação patrimonial do mesmo. Era necessário ver as duas questões: patrimônio cultural, e patrimônio natural. No Parque que acabava de criar-se, a situação era, ainda, uma situação de equilíbrio, porque apesar das terras serem do Estado, eram terras utilizadas pela população local, para fazer suas roças. Então, eles não destruíram porque o desmatamento era pequeno, apenas para uma agricultura de subsistência, mas depois que se criou o Parque Nacional começou, paradoxalmente, um desmatamento mais intenso, começou a depredação, porque a terra virou terra de ninguém. Então, no momento em que nos comprometemos a fazer nosso diagnóstico analisamos três questões: uma era o diagnóstico da preservação dos agentes naturais e em que estado eles se encontravam.

Vimos que nos últimos dez anos a preservação havia sido negligenciada e o desmatamento fora extremamente intenso. Foram os dez anos em que trabalhamos na Pedra Furada e ano após ano víamos que aumentavam as terras estéreis e o impacto dos agentes naturais sobre os sítios arqueológicos. O impacto da natureza é potencializado pelo desmatamento, pois no momento que se desmata aumenta o impacto do sol o do vento que ajudam a tornar a região ainda mais árida. Essa foi uma primeira questão.

A segunda questão que analisamos foi o impacto dos elementos antrópicos e constatamos também a ausência completa da noção de patrimônio cultural. Então, a riqueza era a matéria-prima. Utilizava-se matéria prima de qualidade para indústrias de pouco valor econômico, como pequenas cerâmicas que utilizavam a madeira retirada do Parque Nacional. Há outra questão que é a do minério. Nesta região, a extração de minério não tinha o peso que pode ter numa região como o Seridó, uma região marcadamente mineradora. Mas, queimava-se o mármore, às vezes, mármore preto, mármore branco, belíssimo, e o calcário utilizado e queimado para fazer cal, simplesmente cal, que é um produto extremamente barato. Ou seja, destruimos o que temos para fazer cal. Deixemos de lado as condições de escravidão literal, do pessoal que trabalhava para fazer cal e pensemos, simplesmente, na maximização da utilização dos recursos naturais. Acho que, até os dias de hoje, não temos tido o sucesso que desejávamos. Por quê? Porque a educação patrimonial não está inscrita, não está na base do ensino fundamental. E isso também é gravíssimo, porque se vocês transmitem a questão da importância do patrimônio, vocês estão transmitindo também um valor de auto-estima para a população. Preservar o patrimônio é preservar uma identidade. Isso não existia, agora está começando a existir, mas depois de vinte anos de muita destruição. E o terceiro elemento, sobre o qual eu queria falar, são os agentes institucionais que é onde a dimensão de cidadão intervém.

As leis brasileiras, em matéria de preservação patrimonial, são severas e avançadas, mas o problema está em que não são cumpridas à risca, por pressões políticas e econômicas. Cabe aos cidadãos exercer seu direito de cidadania, exigindo do Estado o cumprimento dessas leis protecionistas ambientais e culturais, mas para isso, eles precisam ter consciência do valor do seu patrimônio nacional. Há somente um caminho para a aplicação desses direitos de cidadania que é a educação como um todo e, particularmente, a educação patrimonial implantada desde a escola primária.

. E é, aí, onde a dimensão da cidadania intervém junto às instituições, que são as que governam, da forma como tratam a questão do patrimônio natural e cultural. Na legislação brasileira relativa à matéria patrimonial, todos os casos estão cobertos. Agora, a aplicabilidade dessas leis é muito deficitária. A punição não existe, a lei tem que ser coercitiva mas, evidentemente, não se aplica. Nem todo transgressor da lei é punido. E não estou falando de punições graves, senão no retorno do patrimônio destruído. E, cuidado, não é apenas dinheiro. Penso na idéia de trabalho voluntário cidadão e da obrigação de exigir de quem destrói, horas de trabalho, por exemplo. Tem toda uma dimensão que vai gerar uma tomada de consciência.

Possivelmente está faltando, também, para os adultos, alguma forma de aprendizado patrimonial, sugestão que já fizemos ao IPHAN como alternativa, mas que não se tem aplicado muito. Sobre a participação dos municípios, reconheço que, no começo, a nossa gestão foi catastrófica, porque o diálogo com os prefeitos era muito difícil, justamente em razão das diferenças culturais, pois para eles, este patrimônio do Parque Nacional não tinha valor nenhum. Mas, na medida em que o parque começou a se transformar e aumentou a visitação, beneficiando os pequenos municípios, começou a se ter uma atitude diferente, ou seja, foram necessários muitos anos.

Que fizemos com este diagnóstico que, naquele momento, era muito negativo? Ele foi utilizado para poder estabelecer as grandes linhas de prioridade de um plano, ou seja, o Plano de Manejo do Parque. Esse plano não foi uma receita do IBAMA, não foi um protocolo aplicado como são, muitas vezes, os planos de manejo. O nosso plano de manejo deu lugar à realização de pesquisas, deu lugar à formular prioridades. A primeira prioridade para um Parque Nacional era a situação de equilíbrio natural, porque não existe preservação de patrimônio cultural se não existe também um entorno equilibrado. Então, se o Parque Nacional Serra da Capivara é um patrimônio cultural, estamos lutando para que, também, seja patrimônio natural. Porque se é natural, existirá a obrigação, face à UNESCO, de cuidar dos aspectos propriamente naturais, como prevenção de incêndios, enfim, da degradação de um Parque Nacional. A coerção em todos os níveis será maior, com o compromisso internacional. Então, fizemos esse plano de manejo através de um programa de prioridades de gestão que durou cinco anos. Depois de cinco anos, fizemos uma nova avaliação e foi dessa avaliação que vimos os pontos sobre os quais tínhamos agido corretamente e aqueles que precisavam de uma reformulação. Mas também o que não era prioritário, numa primeira instância, passou a ser prioritário numa segunda. Na primeira etapa criamos núcleos de apoio à comunidade em torno do Parque Nacional. Isso foi muito positivo porque nas escolas que foram implantadas com apoio internacional, as crianças começaram aos quatro anos de idade e cresceram com conhecimentos e consciência patrimonial que antes não existia. Isso não significa que hoje não haja alguns intentos de vandalismo, porque isso existe em toda as partes, é até da condição humana. Mas acontece muito menos e hoje a depredação das pinturas é, praticamente, inexistente dentro do Parque Nacional. Esses

pequenos, então, que cresceram durante estes vinte anos, hoje são adultos e têm outros filhos. Estes filhos já têm outra mentalidade e há, sem dúvida, um retorno em longo prazo. Esse problema da continuidade técnica foi uma das coisas a que demos mais importância e o que tem dado os melhores resultados. Independentemente de quem é o prefeito, independentemente de quem são os políticos, os técnicos devem ser sempre os mesmos e as decisões técnicas devem ter continuidade.

O que passou a ser prioritário para nos foi uma infra-estrutura que permitisse a auto-sustentabilidade. E foi aí que apareceu a questão do turismo. E quero falar da Austrália porque existem fatos que são como uma premonição em certos momentos. Antes de toda essa aventura, quando fomos à Austrália, uma coisa que me chamou a atenção foi, em primeiro lugar, o pequeno número de sítios arqueológicos que eram mostrados ao público e, em segundo, que nesses poucos sítios que mostravam, se podia chegar de carro até eles, sem guia, apenas com um mapa, todo mundo ia com seu carro e seu mapa, onde estava claramente assinalado onde estavam os crocodilos para evitar surpresas desagradáveis. Foi a única vez, na minha vida, que, no hotel, me ofereceram um seguro contra morte por mordida de crocodilo. E era uma coisa muito interessante porque o texto do seguro dizia : “ No último momento de vida, pense em quem você vai fazer feliz”, simplesmente porque foi devorado por um crocodilo! São experiências de coisas que você nunca tem passado e nunca vai passar outra vez. Então, com o mapa marcado por onde estavam os crocodilos, chegávamos lá mesmo sem guia. Claro que o Parque Nacional Serra da Capivara tem guias. Todos os anos, davamos cursos de reciclagem aos guias, oferecidos, às vezes, por voluntários estudantes de pós-graduação, que estavam fazendo suas pesquisas na Fumdam.

Assim, as visitas são todas acompanhadas por um corpo de guias preparados, que passam a ganhar sua vida muito bem, porque, além do que eles cobram, sempre recebem uma gorjeta generosa. Montamos uma estrutura eficiente de vigilância, estamos pensando no que podemos fazer para melhorar ainda mais essa vigilância que é outra das prioridades. Tentamos que nada fique ao acaso e aquilo que ainda não pudemos fazer, é uma questão que está dentro das futuras prioridades. Tínhamos neutralizado ao máximo os efeitos negativos e houve também o efeito multiplicador, muitos municípios estão começando a se interessar verdadeiramente pelos aspectos turísticos que a arqueologia pode proporcionar, pois todos os municípios que estão em torno de um patrimônio cultural, se beneficiam, mas cada um resgatando algum elemento de diversidade que justifique que o turista não fique apenas em São Raimundo mas vá também a Coronel Dias, por exemplo. Isso é uma questão que se pode ensinar e que se pode trabalhar junto com eles. É uma festa pegar o carro e ir passando por todas as cidades, porque todas vão ter alguma coisa diferente da anterior. Isso foi o que tentamos fazer e, muitas vezes, onde não existia artesanato, começamos a gerar as condições para criá-lo. Não existia cerâmica típica da região, mas hoje a cerâmica “Serra da Capivara” é conhecida internacionalmente.

A decisão de trabalhar com as comunidades locais tem dado seus resultados e eu diria que os municípios estão sensibilizados a receber voluntários que queiram trabalhar junto com arqueólogos formados como forma da preservação do patrimônio arqueológico. As condições, na região, tem hoje melhorado e mantemos boas relações com os prefeitos. Acreditamos que agora, com a implantação do Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, e outras faculdades estaduais, São Raimundo Nonato se transformará em uma cidade ou em uma área de

estudantes. Vai ter um caráter também de cidade estudantil. A população como um todo melhorou de vida e por todas essas razões, existe hoje uma consciência que me parece que vai levar, realmente, a um crescimento e à auto-sustentabilidade. Só que isso leva tempo, a nós nos levou vinte anos. Como existe um efeito multiplicador no turismo, existe um efeito multiplicador também na questão patrimonial. Bom, isto era, em síntese, o que eu queria falar para vocês. Penso que temos feito isto na Serra da Capivara, estamos fazendo isto na área do Seridó porque também tem a Tradição Nordeste de pintura rupestre lá e estamos também pensando em fazer o que se chama de uma Extensão de Pedido de patrimônio cultural. O nosso interesse seria que a Tradição Nordeste se transformasse em patrimônio mundial de caráter cultural, esteja onde esteja, o que poderia significar um impacto de conscientização sobre a questão patrimonial.